

## **O exílio como cultura política portuguesa (ou um outro diálogo em falta)**

Carlos Leone\*

«50 anos: espelho que volto com lentidão para mim e onde não vejo ninguém. Só eu me sei o Ulisses de tão desastrosa aventura.»

«Vence, 23 Maio 73», in «Fragmento de um diário inédito» (*Prelo*, num. esp., Maio 1984, p. 126)

Ao contrário de grandes nomes da cultura portuguesa desaparecidos há pouco, como Joel Serrão, ou de autores tão importantes como Vitorino Magalhães Godinho, ainda activo, Eduardo Lourenço é amplamente celebrado, num reconhecimento que cada vez mais não se restringe à Obra mas também se alarga à pessoa. Vale a pena notá-lo, por ser extremamente raro ver isto acontecer em Portugal.

Mais: Eduardo Lourenço é celebrado há pelo menos um quarto de século. Com efeito, o homenageado deste encontro tem sido objecto de celebrações pelo menos desde o seu sexagésimo aniversário, quando a revista da INCM, *Prelo*, então na sua segunda série, organizou um número especial que lhe foi inteiramente dedicado. 25 anos depois, podemos dizer que Eduardo Lourenço soube evitar as tentações da auto-adulação do mesmo modo como até aí tinha feito todo o seu percurso, forjando obras incessantemente. A sua influência, que há 25 anos atrás era reconhecida e estimada por autores tão diversos como Fernando Gil e José-Augusto França, entre tantos outros, tornou-se ainda mais presente, apesar da sua persistente distância de Portugal. Esta comunicação é sobre essa distância, ainda que haja algumas coincidências com outros tópicos, como a que se segue face a um dos temas das comunicações desta manhã. As celebrações a tanto obrigam.

1. Em *Situação Africana e Consciência Nacional*, Eduardo Lourenço afirmava que, ao definir-se através do momento pretérito da expansão, Portugal serviu-se das potenciais grandezas das colónias (e reais grandezas, no caso do Brasil) para hiper-compensar a sua evidente pequenez metropolitana («*ou, mais radicalmente ainda, de no-la tornar invisível*»), Lourenço 1976: 29, itálico no original). Assim, não é tanto a colonização portuguesa que é diferente das outras como a função que ela desempenha na consciência nacional, como compensação, que sobressai (cf. pp. 29-30): a colonização dá-se como auto-justificada pela necessidade de o colonizado se civilizar, tendo assim uma causa externa de que o Português é apenas agente inocente; além disso, ao dar-se assim como não-colonização, pretende estabelecer uma atitude portuguesa mundial, sem diferença entre a metrópole e a colónia (a «colonização exemplar») que funciona como confissão tácita da nossa necessidade de expansão por «*insubstância da nossa realidade histórica metropolitana*» (p.30).

O drama, portanto, é o de uma inconsciência cultivada durante séculos e que, por fim, impede o país de abdicar da narrativa épica escapatória. Coisa bem diversa da visão de vultos culturais da geração anterior à de Lourenço, como Jaime Cortesão, ao qual são dedicadas palavras bem duras.

«O problema da colonização é o problema do País.» (p. 31). Esse problema é o do isolamento auto-imposto, do qual o país só pela europeização do final do século XX se afastou, num movimento antecipado pelas sucessivas vagas de diferentes tipos de estrangeirados, e não só no século XX. É desse isolamento que se faz a boa consciência colonial que pretende fazer de Angola uma parte de Portugal tal qual o Minho e cujas modalidades Lourenço aborda na segunda parte do seu ensaio (p. 33 ss), ao constatar que o estrangeiro, no caso o colonial, nunca é visto como problema – pois, como os estrangeirados contemporâneos portugueses bem exemplificam (caso de Lourenço, aliás), o estrangeiro está isolado de Portugal. Partindo da noção salazarista de «democracia orgânica» (cf. p. 34ss), Eduardo Lourenço pensa num colonialismo orgânico (p. 34, retomado a pp. 40/1), no qual a colónia é como que a prótese necessária, mas não assumida como tal, da deficiência congénita. Mesmo conatural, pois Portugal é colonizador desde que tem memória de si, ou quase: «O Português é colonizador como é português e não vê motivos para se problematizar enquanto colonizador, pois também os não vê enquanto português. É este um desses círculos viciosos de que ninguém dá conta *senão de fora.*» (p. 35) E este fora é o olhar

estrangeiro, ou estrangeirado, sobre a realidade histórica portuguesa, a realidade que em Portugal o isolamento tende a subtrair à história e a reduzir ao destino (épico ou não, seguir a terminologia de Lourenço é, aqui, acessório).

Ora, este olhar estrangeirado distancia-se da boa consciência colonial portuguesa desde logo por se interrogar quanto ao sentido de se falar em Portugal. A «sociedade dualista» de que Sérgio falava é bem aquela que Sedas Nunes e Hermínio Martins irão (na mesma década em que Lourenço escreve) caracterizar como «sociedade dual», estudando os mecanismos de endocolonização que Lourenço também nota (cf. pp. 37, 39, 41 e 49). A portugalização sem fim é afinal carência de uma capacidade colonizadora em sentido próprio, exprime não uma singularidade eticamente distintiva mas uma limitação política geradora da passividade que Lourenço já notara a propósito das teses de Portugal como milagre. E este olhar estrangeirado é o único que reduz a vocação colonial portuguesa à realidade bem mais prosaica da emigração, à afirmação individual na colónia, longe da subserviência forçada na metrópole:

«Até há bem poucos anos – e hoje ainda... - África era ‘terra de desterro’, como o Brasil o fora e ainda para o ‘brasileiro’ de Camilo o era. Deste modo a tão celebrada *vocação nossa* de colonizadores aparece como o que de facto sempre foi, salvo em raros momentos de empresa estatal: um subproduto de uma realidade mais original e potente que é a do *português-emigrante*.»

(p. 39).

Serão também estrangeirados (como Hermínio Martins ou José Cutileiro) que responderão ao repto de Lourenço (cf. p 41) e caracterizarão os proprietários rurais alentejanos como colonizadores, tal qual os localizados em África (cf. Cutileiro 1977 e Martins 1998: IV). E é ainda em função da leitura do instaurador do tema «estrangeirados» na nossa história cultural contemporânea, Sérgio, que Lourenço lê para lá da letra dos seus textos (mas sem o atraiçoar, cf. p. 43), e pensa a organicidade do colonialismo português como constituída, por um lado, em resultado da natureza anti-moderna da burguesia portuguesa desde sempre apoiada no estado mais do que na sua iniciativa privada, e, por outro, pela sua natureza parcial, «uma semicolonização» (p. 47). Do isolacionismo e protecționismo prematuros do primeiro factor se gerou o isolamento científico relativamente à Europa moderna (cf. pp. 43/4), das realidades de

escassez numérica se gerou a relativa pouca violência e miscigenação típicas da semicolonização.

E Lourenço conclui o seu ensaio: «É vão querer mostrar *do interior*, quer dizer, do ponto de vista da classe que a forjou, a mistura de ficções, erros, contradições de toda a ordem dessa mitologia. Mas por isso mesmo mais necessário se torna *mostrar*, detalhar as absurdidades a que essa expressão sublimada de um colonialismo orgânico dá lugar quando se comparam as suas asserções líricas com a realidade efectiva da colonização.» (pp. 49/50). Mostrar, citando ainda Eduardo Lourenço como é possível isto:

«Literalmente falando, deitamo-nos ao mar por não saber o que fazer em terra» (p.43).

Depois desta revisão da história da expansão, e antes de considerar a relação do próprio Eduardo Lourenço com esta História pátria, é preciso observar um ponto intermédio: a inserção da Obra de Eduardo Lourenço na cultura portuguesa, no diálogo que ela estabelece com o tema do exílio.

2. A «boa psicanálise histórica» de *Situação Nacional e Consciência Africana*, tal como a «psicanálise mítica» de *O Labirinto da Saudade* são aquele trabalho detalhado já referido. E na Obra de E. L. é claro como ainda antes destas designações (bem como de outras, p.ex. «imagologia»), o seu Autor estava já ciente da natureza desse trabalho e das condições em que decorreria forçosamente. *Heterodoxia* é um título revelador, mas sobre a questão do olhar exterior, do português emigrante, exilado, expatriado, etc., a apresentação do problema data de 1951, em artigo publicado na *Unicórnio*: «Ideia de uma historiografia existencial do pensamento português». Trata-se de um texto breve mas que nos introduz ao mundo específico de Eduardo Lourenço entre a realidade do português emigrado, o mundo do intelectual exilado ou, como se costuma dizer, estrangeirado. Escrito como uma revisão de certos pressupostos sobre o diálogo cultural de Portugal com a Europa que marcavam a sua estreia em *Heterodoxia*, o artigo começa por notar como os pensadores portugueses votados a esse diálogo não vieram da cultura europeia, antes foram até ela (p. 40). Este percurso marca, desde logo por não ser rasurável, nele resiste a marca de origem da cultura portuguesa (em particular o moralismo católico). E que a marca seja pré-reflexiva, chamando E. L. a nossa atenção para a linguagem como sua expressão primordial (p. 41), reforça e obscurece o problema. O ponto que Eduardo Lourenço faz é valioso para entendermos algo que se reflecte tanto na imagem comum de Portugal (referida acima) como na produção intelectual dessa imagem. Lourenço salienta que o diálogo mantido pelos nossos

intelectuais «dialogantes» com outras culturas procede principalmente por uma descontinuidade face ao particularismo português (o ir para a Europa) e não por uma integração natural noutra quadro de referências (o provir da cultura europeia). Daí os mais livres dos nossos espíritos recaírem naquilo que Lourenço muito bem designa de «transcendência situada», sem nunca se elevarem a uma «universalidade abstracta». (p. 42). Se estas palavras são ou não, também, um auto-exame, é coisa de somenos; e menos ainda será determinar se tudo ainda se mantém assim, uma questão apropriada para outra circunstância que não a de este encontro.

O que importa a esta comunicação, desde logo para não protelar mais o que a intitula, é a fecundidade desta perspectiva no trabalho de Eduardo Lourenço. Com efeito, o exílio como cultura política portuguesa é uma realidade bem ocultada pela aparente universalidade de diálogos ensaiados por autores ilustres e pela celebrada expansão de todo um povo. Em rigor, o exílio não chega a ser um tema na sociedade, nem na reflexão política, nem sequer na académica, apesar de ser um elemento constitutivo da vida não apenas política mas social de Portugal, quer sob a forma de emigração, quer noutras. É um daqueles silêncios que gritam, e também por isso merecem atenção as palavras de um português voluntariamente ausente do seu país, como é o caso de Eduardo Lourenço, a este respeito. São escassas, essas palavras, entre as mais recentes lembro *A Nau de Ícaro* (Lourenço 1999); mas, sob a forma de reflexão sobre a Obra de José Rodrigues Miguéis, são palavras significativas.

Em «As marcas do exílio na Obra de José Rodrigues Miguéis», E. L. faz muito mais do que abordar um tema evidente. Fá-lo (isto em 1981; citamos de Lourenço 1993), em consonância com as teses que publicara 30 anos antes, na *Unicórnio*. «Não é apenas a realidade e o olhar estrangeiro que lhe impõem com insistência a sua qualidade de *estrangeiro*. É a consciência aguda e exasperada da sua *diferença* que o instala num exílio que bem-estar ou sucesso temporal algum poderiam apagar.» (p. 215). Para o exilado português, no entanto, a experiência vivida no estrangeiro é por norma, como pouco depois observa E. L., não uma nova criação mas uma nova forma que se soma ao «exílio interior» que, esse sim, propiciou o exílio tal qual habitualmente se lhe refere. Parte-se para outra cultura, levando-se já marcas indeléveis e nunca verdadeiramente anuladas. Em expressão muito feliz, Lourenço refere as duas almas que, assim, Miguéis sempre teve (cf. p. 216). Ora, justamente, essas duas almas são bem perceptíveis nos nossos exilados (e ainda na massa numericamente mais significativa dos emigrantes

económicos). Em vez de exemplos que facilmente podemos fazer suceder em catadupa, regista-se aqui linhas do próprio E. L. a respeito de Miguéis:

«As marcas do exílio não são traços do pitoresco paisagístico ou humano alheios, as expressões em francês, em flamengo, russo ou inglês integradas nas suas páginas com naturalidade, como o não são também os fragmentos de diálogo em luso-americano que as esmaltam. Por mais positivo que seja o interesse prestado ao quadro ou à matéria estrangeira que alimenta a sua ficção – e a partir de 35 não teve quase outro – o seu verdadeiro *centro* está algures. É uma *ausência* para que mais ou menos explicitamente converge o texto inteiro, texto *des-centrado*, por isso mesmo, daquilo que, na aparência, constitui o seu tema.»

(p. 214)

Quanto disto não se aplica, *mutatis mutandis*, a ‘n’ outros exilados? Quanto não se aplica ao que Eduardo Lourenço pensou e escreveu?

Em todo o caso, a problemática relação feita de tantos silêncios que os exilados nossos contemporâneos mantêm com Portugal é, para Eduardo Lourenço, «estranha»: «bem raro o povo português deu expressão literária de relevo à sua expatriação secular, ao seu exílio, forçado ou dourado, se para português o há. A nossa única literatura com marca visível de exílio é a romântica. Exílio breve, acidental e de quase exclusivo perfil político.» (p. 214). Mas, seja a perseguição política, seja a tragédia pessoal de cada um, o exílio tal como vivido pelos portugueses permanece de facto omisso das nossas letras e, o que surpreende ainda mais (surpreenderá?), das nossas ciências sociais e humanas. Como já se percebeu, a flutuação terminológica, entre «emigração», «exílio», «expatriamento» (e esta lista poderia alongar-se) é também ela uma expressão desse silêncio; a facilidade com que os termos alternam indica bem como a reflexão sobre eles e as realidades que nomeiam é objecto de fuga permanente. Também nisso, este texto de E. L. sobre Miguéis, ao pensar a relação entre «exílio» e «expatriação», marca uma diferença que revela o seu autor, reconheça-se.

3. Tudo isto não pretende ser uma revelação. Falo de textos publicados há muito, como também de documentos pessoais ou declarações públicas acessíveis há muito. Termino,

então, com a posição pessoal do próprio Eduardo Lourenço a respeito da literatura exílica que nos falta.

Quem consultar os espólios do Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea da Biblioteca Nacional encontrará abundante correspondência de Eduardo Lourenço com as mais variadas figuras da nossa cultura. E, nela, ocasionais menções a este mesmo estatuto de exilado, sempre fugazes, como que despreocupadas:

«semi-exilado mas mais lusíada que nunca (...)», em despedida numa carta a José Marinho (Março 1959; cf. espólio de Marinho, E6/ 239);

«As tuas páginas trazem aos meus horizontes de exilado a única esperança que merece esse nome (...)», em carta a Ruben A. (Janeiro 1967; cf. espólio de Ruben A, E35, cx. 32);

«Abraça-te um exilado perfeito e amigo imperfeito (...)», postal a Ruben A. (Novembro de 1975, idem).

É realmente um bom modo de encapsular em silêncio o exílio como facto comum na nossa vida social, da nossa cultura política, esta prática bem estabelecida de fazer dele uma saudação meio resignada, meio distraída, como que duvidando da sua própria realidade para assim melhor a anestesiar. Também essa prática tem as suas raízes profundamente lançadas no exílio interior, anterior, primordial e quase inescapável, no meio da organicidade endocolonial.

O exílio de Eduardo Lourenço, volvido expatriamento, foi e ainda é garante de independência bem como, coisa rara, de reconhecimento. A independência é feita de longas ligações, cuidadosamente cultivadas, em diálogos que se deixam ler em artigos e livros, e que um acesso mais amplo à epistolografia decerto evidenciará com maior pormenor. Não é, portanto, uma independência promovida pelo isolamento senão pela resistência às consequências do exílio, uma independência feita na vida portuguesa fora de Portugal sem virar costas ao país.

Em Portugal, a colonização orgânica não desapareceu, como E.L. decerto não estranha. O endocolonialismo não é revogável por decreto, nem sequer por Revolução e democracia integrada «na Europa». O termo cooptação, apesar de utilizado menos vezes do que se devia, pode dar boa conta do modelo dominante de reprodução social portuguesa (em especial entre as «elites»), pelo que também aqui a opção pelo estrangeiro, evitando a competição social inevitável num eventual regresso a Portugal,

se revelou opção bem avisada para não ser absorvido pelas dependências locais nem hostilizar ninguém.

O seu discurso, antes e depois de 1974, é bem diverso da visão quase idílica do exílio como condição natural do homem moderno (Said) ou como criador de um vernáculo libertador (Bhabha). Aliás, depois de '74 adopta uma crítica ao real em nome do ideal que só é possível estando a ver Portugal de fora, descentrado, na Europa em que vive, e beneficiando, nela, de algo que habitualmente não se menciona, o facto de a distância não apenas permitir ver melhor mas também permitir evoluir com menos sobressaltos; quem conhece as críticas de Eduardo Lourenço ao socialismo português e as coteje com o seu afastamento da extrema esquerda verá bem como as críticas exprimem a sua vontade e o seu comportamento exprime bem a sua reflexão (a entrevista no número especial da *Prelo* que referi de início exemplifica-o bem, especialmente se comparada com afirmações mais recentes). Para beneficiar desse movimento, no qual é possível criar uma Obra única, vale bem a pena recusar os convites para voltar.

O preço a pagar é o de não se escrever, uma vez mais, essa história política que nos falta, a dos exilados. Preço pequeno, quando se trata de um retorno a Ítaca a evitar. O que me parece boa forma de terminar.

Lisboa, Setembro-Outubro, 2008,

Carlos Leone  
(CHC/UNL-FCSH)

P.S. Quero agradecer a António Braz Teixeira e a Miguel Real as leituras que fizeram a versões iniciais deste texto.

## BIBLIOGRAFIA

Cutileiro, J., 1977, *Ricos e Pobres no Alentejo*, Sá da Costa, Lisboa.

Lourenço, Eduardo, 1951, «Ideia de uma historiografia existencial do pensamento português», in *Unicórnio*, Lisboa: ed. J.-A. França.

-----, 1976, *Situação Africana e Consciência nacional*, Bertrand, Amadora.

-----, 1993, *O canto do Signo*, editorial Presença, Lisboa.

-----, 1999, *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*, Gradiva, Lisboa.

Martins, Hermínio, 1998, *Classe, status e poder*, ICS, Lisboa.

*Prelo*, Maio 1984, 2ª série, Número Especial «Sobre Eduardo Lourenço», INCM, Lisboa.

*\*Carlos Leone investigador do Centro de História da Cultura (FCSH/UNL), dedica-se hoje a um trabalho sobre estrangeirados e exilados portugueses no século XX (com apoio da FCT). É autor, entre outras obras, de Portugal Extemporâneo (INCM, Lisboa, 2005).*